
O CONTINENTE DO LABOR

Thiago Almeida de Lima

thiagolima_pb@hotmail.com

‘O continente do labor’, escrita pelo sociólogo Ricardo Antunes, é uma obra que encerra múltiplos significados. Apresentá-los, de modo sintético, é a tarefa da qual tentaremos nos desincumbir nas próximas linhas.

Editado originalmente no ano de 2011 pela Boitempo Editorial, o livro é composto por uma coletânea de textos, concebidos individualmente ou em parceria com outros intelectuais. Uma parte desses escritos foi publicada ao longo dos anos 2000, por meio de artigos editados no Brasil e em outros países. Outra parcela das reflexões contidas no compêndio era, até a data da referida publicação, inédita.

Segundo o próprio autor, ‘O continente do labor’ começou a surgir em 2001, após uma série de *“viagens que realizei pela América Latina, quando pude caminhar pelos Andes e conhecer um pouco do modo de vida de seus povos indígenas, participar de majestosas manifestações populares no início de 2001 na Argentina [...] e acompanhar os avanços populares em Cuba e nos bairros populares da Venezuela”*. Some-se a isso, a inspiração advinda das *“lutas no Uruguai, na Colômbia, no Peru e na Guatemala”*, bem como os diálogos estabelecidos junto às *“universidades, sindicatos, partidos, assembleias populares e movimentos sociais”* de quase todo o continente. Desse modo, após quase quatro décadas dedicadas aos estudos do chamado “mundo do trabalho” no Brasil e nos países capitalistas do Norte, Ricardo Antunes voltou suas atenções para o continente que *“nasceu para servir e trabalhar, mas que sabe também conjugar felicidade com rebelião, sofrimento com libertação, espoliação com revolução”* (ANTUNES, 2011. p. 12).

As inspirações de Ricardo Antunes para a construção da obra em tela, além, obviamente, de todo o seu histórico de pesquisas dedicadas à compreensão do mundo do trabalho, apontam para um primeiro elemento importante a ser destacado: ‘O continente do labor’ constitui uma grande contribuição no sentido de “descolonizar” a produção científica acerca dos processos sócio-históricos transcorridos na América Latina. Sem abrir mão de toda a sua bagagem teórica e de uma profunda capacidade comparativa, Antunes (2011), valendo-se de enorme habilidade para construção de sínteses, reconhece e analisa com perspicácia as especificidades processualísticas inerentes ao trabalho no contexto latino-

americano, alinhando singularidades históricas que vão desde a fase pré-colonial até os desdobramentos mais recentes da implantação do receituário neoliberal no continente.

Do ponto de vista estrutural, a obra é compartimentada em três capítulos ou partes:

- Parte I, intitulada ‘O trabalho na América Latina’;
- Parte II, cujo título é ‘O Brasil no continente do labor’ e;
- Parte III, denominada ‘Panorama do sindicalismo na América latina’.

Nas linhas que se seguem, objetivando colocar em relevo os elementos que consideramos mais importantes na obra, teceremos comentários mais pormenorizados sobre cada uma dessas partes.

Na Parte 1 de ‘O continente do labor’, Antunes (2011), procurando justificar o título da sua obra, argumenta que o continente latino-americano nasceu sob a égide do trabalho, uma vez que, mesmo antes da colonização luso-hispânica, os povos nativos trabalhavam produzindo alimentos e praticando a caça, a pesca e o extrativismo agrícola. Além disso, a mineração de ouro e prata, bem como outras atividades, garantiam a sobrevivência dos primeiros habitantes destas terras. Nesse contexto, o trabalho coletivo era a base da produção.

No final do século XV, contudo, a expansão marítimo-comercial europeia, impulsionada pelas necessidades econômicas derivadas do processo de acumulação primitiva do capital, desembocou na constituição dos chamados impérios coloniais. A partir desse momento histórico, a produção dos excedentes econômicos destinados às metrópoles assentou-se sobre o sistema de *plantation* que, por seu turno, é caracterizado pela superexploração do trabalho escravo, seja ele indígena ou africano, fato que introduziu o sofrimento e a precariedade como marcas indelévels do trabalho na América Latina. A expressão “O continente do labor” sintetiza a natureza árdua e precária do ‘trabalhar’ nesse continente.

O autor supramencionado aduz que a rebeldia, característica marcante dos povos latino-americanos, esteve presente desde os momentos iniciais da colonização, visto que os escravos promoveram os primeiros levantes contra a situação de exploração a qual estavam submetidos, vide o exemplo da formação dos Quilombos e das inúmeras revoltas indígenas.

Para Antunes (2011), foi a partir das últimas décadas do século XIX, em função das crescentes necessidades ensejadas pela diversificação das atividades relacionadas ao universo

capitalista agro-exportador, que começou a se formar a “classe trabalhadora latino-americana”, juntamente com a eclosão dos primeiros surtos industriais no continente. Segundo o sociólogo, uma particularidade marcante nasceu desse processo: na América Latina, diferentemente do que ocorreu nos países centrais do capitalismo mundial, a transição para o trabalho industrial saltou “quase diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado” (ANTUNES. p. 19).

Nesse cenário, sob influência de militantes anarquistas, socialistas e comunistas, os trabalhadores se organizaram em sindicatos, fazendo eclodir as primeiras manifestações operárias, fato que reafirma, desde o ponto de vista de Antunes (2011), a natureza rebelde e insurgente do trabalho no cone sul.

Partindo de tais constatações, Antunes (2011), ainda na Parte 1 da obra em análise, discorre sobre o sindicalismo latino-americano, apontando os desafios e contradições derivados da transição fordismo-toyotismo e dos imperativos da reestruturação produtiva do capital. Põe em análise, nesse percurso, as potencialidades e os limites de experiências como o peronismo argentino, o getulismo no Brasil e o cardenismo mexicano. Além disso, colocou em relevo o significado das revoluções Boliviana e Cubana.

Os processos contra-insurgentes, sobretudo aqueles vinculados às ditaduras implantadas em diversos países latino-americanos nos anos 1960, também não escaparam ao escrutínio do autor. Desse modo, foram explicitados os obstáculos políticos que se colocaram diante da classe-que-vive-do-trabalho em seus movimentos contestatórios da ordem socioeconômica vigente.

Após o que Antunes (2011) denominou de “a longa noite do sindicalismo latino-americano” - período histórico caracterizado pela vitória das forças do capital por meio do estabelecimento de regimes ditatoriais (1960-1980) - , seguiu-se um movimento de ressurreição das lutas¹ sociais no continente, visto que houve um aprofundamento das contradições estruturais da reprodução capitalista, ao que o capital respondeu com um perverso processo de reestruturação produtiva, fundamentado, por seu turno, na precarização ampla das condições de reprodução da classe trabalhadora.

Assim, na esteira das experiências neoliberais latino-americanas – e como consequência direta do processo de reestruturação produtiva – emergiu, para Antunes (2011),

¹ Para ilustrar o renascimento das lutas dos trabalhadores latino-americanos, Antunes (2011) analisou movimentos insurgentes espalhados pelo continente entre o fim dos anos 1990 e meados dos anos 2000, a exemplo do movimento *piquetero* argentino, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Brasil, dos levantes indígenas na Bolívia e do *chavismo* venezuelano.

uma “nova morfologia do trabalho”, caracterizada, entre outros aspectos: pela redução do proletariado estável, típico do regime de acumulação fordista; ampliação dos vínculos trabalhistas precários, como subcontratações, regimes parciais de trabalho, terceirizações etc.; ampliação do trabalho feminino; expansão do setor de serviços; aprofundamento do desemprego estrutural etc. (ANTUNES, 2011, p. 47-48).

Ante a essa nova morfologia do trabalho, os sindicatos e movimentos sociais, de acordo com o autor, precisam enfrentar alguns desafios urgentes para superar as armadilhas históricas que contiveram a capacidade insurgente dos trabalhadores. Dentre eles, destacamos: romper a barreira social que separa os trabalhadores instáveis dos que ainda podem ser considerados estáveis; compreender as relações de gênero, geração e etnia que, cada vez mais, notabilizam-se como aspectos importantes na formação da consciência de classe; incorporar o chamado *novo proletariado*, a exemplo daqueles trabalhadores que vendem sua força de trabalho nos *cal centers*, supermercados, *telemarketing* etc.; evitar os processos de institucionalização e burocratização da atividade sindical, entre outros (ANTUNES, 2011, p. 49-50).

Após trilhar todo esse caminho analítico, Antunes (2011), ainda na primeira parte de ‘O continente do labor’, aprofunda o conteúdo político de suas reflexões, articulando as contribuições de José Carlos Mariátegui (sobre o protagonismo alcançado pelos povos indígenas nas lutas sociais latino-americanas), o legado de Marx e as reflexões de Caio Prado Junior e Florestan Fernandes (sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Brasil), como base para pensar “*um novo modo de vida na América Latina*”, calcado em um “*novo sistema de metabolismo social [...] fundado na atividade autodeterminada, fora das regras e dos constrangimentos do dinheiro e do capital*” (ANTUNES, 2011, p. 57).

Como se pode presumir em função do título ‘O Brasil no continente do labor’, a parte II do livro é especialmente dedicada a uma série de reflexões acerca do trabalho no Brasil e das lutas protagonizadas pelos trabalhadores brasileiros.

Nesse momento da obra, Antunes (2011) historiciza os desdobramentos do processo de conformação da classe trabalhadora brasileira, enfatizando os diversos momentos da acumulação capitalista no país e pondo em tela os ataques perpetrados contra os trabalhadores pelo capital.

Ao mesmo tempo, o autor enfatiza a resistência histórica oferecida pelos trabalhadores brasileiros, afirmando a rebeldia como traço comum dos povos latino-americanos.

Mereceram destaque, nesse processo analítico, as experiências protagonizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na organização política da classe trabalhadora; a trajetória dos sindicatos no país, enfocando desde do trabalhismo característico da época getulista até as greves massivas do ABC paulista no início dos anos 1980; as repercussões dos movimentos de maio de 1968 no Brasil e, mais do que isso, o modo como os condicionantes sócio-históricos específicos do Terceiro Mundo imprimiram marcas bastante específicas aos movimentos contestatórios que eclodiram na época; e os desdobramentos do processo de reestruturação produtiva do capital, com ênfase em seus rebatimentos sobre o mundo do trabalho e os obstáculos interpostos à organização da classe trabalhadora brasileira a partir dos anos 1990.

Ao recuperar o percurso histórico das lutas protagonizadas pelos trabalhadores brasileiros, Antunes (2011) dispensou atenção não apenas aos condicionantes impostos pelo capital, mas também aos conflitos e dissensos internos que permearam os processos políticos relacionados à organização da classe trabalhadora, a exemplo das contendas programáticas envolvendo o PCB e o Partido dos Trabalhadores (PT) nas décadas de 1970/1980.

Além disso, restou evidente, também a partir dessas análises, que as tensões da relação capital/trabalho no Brasil ora foram sufocadas pelos mecanismos coercitivos de um Estado repressor, ora foram acomodadas em função da constituição de governos pautados pela conciliação de classes. É precisamente essa encruzilhada que se coloca no horizonte dos trabalhadores brasileiros na contemporaneidade, motivo pelo qual consideramos que as reflexões contidas na Parte II de “O continente do labor” constituem uma contribuição seminal para ampliarmos as possibilidades de compreensão das fissuras históricas que obstam a construção da tal unidade programática e de ação da esquerda brasileira, uma necessidade premente em face dos desdobramentos mais recentes da reestruturação produtiva no país.

O processo que Antunes (2011) denominou de “desertificação neoliberal” pôs em xeque a capacidade organizativa e de mobilização dos diversos movimentos sociais brasileiros a partir da década de 1990.

Na esteira da forte ofensiva do capital, caracterizada, entre outras coisas, pelos ataques aos direitos dos trabalhadores, a década supramencionada marcou um relativo arrefecimento das lutas sociais em grande parte da América Latina, inclusive no Brasil. Observou-se uma crescente despolitização dos sindicatos, materializada, sobretudo, na incapacidade que as diversas entidades demonstraram em constituir forças insurgentes e que

apontassem um caminho para os trabalhadores. Nesse sentido, os sindicatos passaram a agir, de modo crescente, no âmbito da legalidade do capital, enfraquecendo as propostas de construção de alternativas mais radicais.

Nesse contexto, sobretudo no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003- 2010), as lutas sociais arrefeceram e a principal liderança do *novo sindicalismo* brasileiro, diz Antunes (2011. p. 1444) quase que profeticamente, “havia sido metamorfoseada em um novo instrumento das classes dominantes”. O PT, por seu turno, converteu-se, definitivamente, em um *partido da ordem*.

Na terceira e última parte de ‘O continente do labor’, Antunes (2011) traça, a partir da contribuição de diversos outros pesquisadores, um panorama geral do sindicalismo na América Latina, tendo por base e parâmetro a atuação histórica das principais organizações sindicais do continente.

No Brasil, são destacadas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. No que tange à Argentina, enfatizou-se a Confederación General del Trabajo (CGT). Em relação à Bolívia, Antunes (2011) pôs em relevo a Central Obrera Boliviana (COB). A Central Unitaria de Trabajadores (CUT), do Chile, e sua homônima colombiana também foram analisadas pelo autor. Além dessas, organizações de Cuba (Central de Trabajadores de Cuba – CTC), Peru (Confederación Nacional de Trabajadores de Perú – CGTP), México (Confederación de Trabajadores de México – CTM), Uruguai (Plenario Intersindical de Trabajadores/Convención Nacional de Trabajadores PIT/CNT) e Venezuela (Confederación de Trabajadores de Venezuela / Unión Nacional de Trabajadores – CTV/UNT) também foram objeto desse exercício reflexivo.

Como dissemos nas primeiras linhas deste texto, “O continente do labor” é um livro com muitos significados. No plano acadêmico-científico, a obra abre possibilidade para pensarmos as especificidades da relação capital/trabalho na América Latina, contribuindo, desse modo, para a construção de reflexões mais acuradas acerca da complexidade que marca o quadro social latino-americano.

No que tange ao aspecto prático-político, as análises de Antunes (2011) legam a possibilidade de revisão dos erros históricos que ainda hoje repercutem negativamente sobre as possibilidades de insurgência dos trabalhadores latino-americanos, permitem o reconhecimento dos desafios colocados no presente e, acima de tudo, auxiliam na construção de um horizonte no qual a rebeldia, traço marcante do *ethos* deste povo, possa nos conduzir à emancipação.

Trata-se, sem sombra de dúvidas, de uma obra imprescindível.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Submetido em: março de 2018

Aceito em abril de 2018